

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Commercio

Class.: _____

Data: 13/01/90

Pg.: _____

140 Tuma decide continuar a retirada dos garimpeiros

BRASÍLIA — O diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, e o presidente da Funai, Íris Pedro de Oliveira, reuniram-se ontem na Superintendência da Polícia Federal e concluíram que vão continuar cumprindo a liminar da 7ª Vara da Justiça Federal, que determinou a retirada dos garimpeiros das terras dos índios ianomamis em Roraima. Tuma assegura que sua tarefa nada tem a ver com a decisão do Governo Federal de transferir os garimpeiros para as florestas nacionais do Estado. "Não compete à Polícia Federal criar áreas de garimpos", afirmou o diretor-geral do DPF.

Tuma disse que não cabe a ele entrar no mérito legal da decisão do Governo de mudar os garimpeiros de lugar. "Vamos tirar os garimpeiros das áreas indígenas e aí é o fim da nossa tarefa", esclareceu. Garantiu que a missão que recebeu da Funai, em cumprimento à liminar da 7ª Vara, está sendo realizada, dentro da operação "Selva Livre", com a ocupação das pistas usadas pelos garimpeiros nas proximidades de Boa Vista e com a interdição definitiva das pistas do Jóquei Clube (na capital) e de Caruaru. Disse que a desocupação do garimpo na aldeia indígena de Papiú está quase concluída e que, agora, a

Polícia Federal começará a atuar na aldeia de Surucucus.

Na próxima segunda-feira, Tuma entregará à Justiça Federal suas informações, por escrito, sobre a operação feita em Roraima. O procurador da República, Eugênio Aragão, entrou com ação contra Romeu Tuma pedindo sua prisão e considerará que a Polícia Federal está descumprindo a liminar da 7ª Vara, ao aceitar que os garimpeiros ocupem as florestas nacionais. A 7ª Vara exigiu que a Polícia Federal tirasse os garimpos de uma área de 9,4 milhões de hectares, incluindo as florestas nacionais. "É preciso entender que também sou cristal, não sou algodão. Se me pressionarem muito, eu quebro", disse Tuma.

Lembrou que encontrou um clima de guerra em Roraima, antes de iniciar a operação "Selva Livre". "Diziam que a Polícia ia invadir Boa Vista, prender garimpeiro, atirar em avião", contou. Disse não saber se a hostilidade foi criada pelo governador Romero Jucá. Recusando-se a usar o termo "acordo", Tuma elogiou a ata de compromissos recíproca assinada nesta semana em Boa Vista entre o Governo federal, o governador Jucá e os garimpeiros.

O documento, segundo

ele, prevê a saída espontânea dos garimpeiros do território ianomami, a recomposição do meio ambiente destruído pelo garimpo, assistência aos índios e a ida dos garimpeiros para as florestas nacionais. Sobre as florestas, a posição de Romeu Tuma é confusa. Ele admite que as florestas estão interditas pela liminar da 7ª Vara, mas, ao mesmo tempo, reconhece que os garimpeiros estão se dirigindo para lá, sem que a Polícia Federal proíba. "Eles vão mas não podem garimpar por enquanto", afirma, contraditório.

O procurador da República, Eugênio Aragão, que pediu a prisão de Tuma, preferiu não comentar ontem as justificativas do delegado. "Minha postura é uma só: aguardar a resposta dele ao juiz". Informado da possibilidade de o presidente José Sarney assinar, na próxima semana, decreto liberando as florestas nacionais de Roraima para a garimpagem, como forma de anular parcialmente a abrangência da liminar da 7ª Vara sobre aquele território, Aragão reagiu: "Um decreto desse não vale nada, não tem efeito de suspensão". Explicou que Sarney não pode editar decreto sobre a região interdita porque a União é ré na ação que tramita na 7ª Vara, em Brasília.